

âmbito da Direcção dos Serviços de Saúde e do Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

c) Determinar a deslocação de funcionários ou de agentes a Hong Kong que, nos termos da lei, confirmam direito ao recebimento de ajudas de custo por um dia;

d) Autorizar a prestação de serviço em regime de horas extraordinárias até ao limite legalmente previsto;

e) Autorizar a realização de obras e a aquisição de bens, inscritos no capítulo da tabela de despesas do orçamento geral do Território e do orçamento do PIDDA, até ao montante de 25 000 ou de 50 000 patacas, conforme seja ou não dispensada a realização de concurso e/ou a celebração de contrato escrito, bem como a aquisição de serviços, inserida no mesmo capítulo, até ao montante de 15 000 patacas;

f) Autorizar despesas de representação até ao montante de 2 500 patacas;

g) Solicitar aos Serviços e entidades sob tutela do Secretário-Adjunto as diligências e deles obter prontamente os pareceres e as informações necessárias ou convenientes.

2. Dos actos praticados ao abrigo desta subdelegação cabe recurso hierárquico necessário.

3. A presente subdelegação não prejudica os poderes de avocação e de superintendência.

4. São ratificados todos os actos praticados pelo chefe do Gabinete entre 14 de Junho de 1991 e a data de entrada em vigor do presente despacho.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça, em Macau, aos 25 de Junho de 1991. — O Secretário-Adjunto, *António Manuel Macedo de Almeida*.

#### Despacho n.º 9/SAJ/91

Licenciado Francisco Cruz Martins David, conservador da 2.ª secção da Conservatória do Registo Predial — designado, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 105/84/M, de 8 de Setembro, para dirigir a Conservatória do Registo Predial.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça, aos 18 de Junho de 1991. — O Secretário-Adjunto, *António Manuel Macedo de Almeida*.

#### Declaração

Para os devidos efeitos se declara que o Conselho Permanente do Conselho Superior da Magistratura, em sua sessão de 7 de Maio de 1991, deliberou ratificar o despacho de 8 de Abril de 1991, do vice-presidente daquele Conselho, que designou o juiz de direito do Tribunal da Comarca de Macau, dr. António Proença Fouto para presidir ao Conselho Administrativo do Cofre de Justiça e dos Registos e Notariado de Macau, e aceitar o pedido de exoneração formulado por aquele Magistrado.

Mais se declara que, com a cessação de funções e até à designação de magistrado judicial para presidir àquele Conselho Administrativo, a substituição no exercício das mesmas cabe ao director dos Serviços de Justiça, atentas as disposições conjuga-

das dos artigos 3.º e 5.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 5/85/M, de 2 de Fevereiro, e do artigo 17.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 1/90/M, de 18 de Janeiro.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça, em Macau, 1 de Julho de 1991. — O Chefe do Gabinete, *José Luís da Silva Teixeira*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA A SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

#### Extracto de despacho

Por despacho n.º 2-I/SASAS/91, de 25 de Junho, da Ex.<sup>ma</sup> Senhora Secretária-Adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais:

Licenciada Maria Luísa Tello Polleri Marques dos Santos — nomeada, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º e dos artigos 11.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro, para desempenhar, em comissão de serviço, pelo período de dois anos, funções de chefe de Gabinete da Secretária-Adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais.

(Dispensado de visto, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro).

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Saúde e Assuntos Sociais, em Macau, 1 de Julho de 1991. — A Secretária-Adjunta, *Ana Maria Basto Perez*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA A ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

#### Despacho n.º 7/SAAEJ/91

Considerando o disposto pela Portaria n.º 88/91/M, de 20 de Maio, determino o seguinte:

1. Subdelego no chefe do meu Gabinete, dr. Jorge Baptista Bruxo, a competência para, no âmbito do Gabinete, praticar os seguintes actos:

a) Conceder quaisquer licenças previstas na legislação em vigor e decidir sobre a acumulação de férias;

b) Autorizar a apresentação de funcionários ou de agentes e dos respectivos familiares às Juntas Médicas, que funcionem no âmbito da Direcção dos Serviços de Saúde e do Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

c) Determinar a deslocação de funcionários ou de agentes a Hong Kong que, nos termos da lei, confirmam direito ao recebimento de ajudas de custo por um dia;

d) Autorizar a prestação de serviço em regime de horas extraordinárias até ao limite legalmente previsto;

e) Autorizar a realização de obras e a aquisição de bens, inscritos no capítulo da tabela de despesas do orçamento geral do Território e do orçamento do PIDDA, até ao montante de 25 000 ou de 50 000 patacas, conforme seja ou não dispensada a realização de concurso e/ou a celebração de contrato escrito, bem como a aquisição de serviços, inserida no mesmo capítulo, até ao montante de 15 000 patacas;

f) Autorizar despesas de representação até ao montante de 2 500 patacas;

g) Solicitar aos Serviços e entidades sob tutela do Secretário-Adjunto as diligências e deles obter os pareceres e as informações necessárias ou convenientes.

2. Dos actos praticados ao abrigo desta subdelegação cabe recurso hierárquico necessário.

3. A presente subdelegação não prejudica os poderes de avocação e de superintendência.

4. O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude, em Macau, aos 22 de Junho de 1991. — O Secretário-Adjunto, *Jorge A. H. Rangel*.

#### Extractos de despachos

Por despacho n.º 4-I/SAAEJ/91, de 19 de Junho:

Jorge Baptista Bruxo — nomeado, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 88/91/M, de 20 de Maio, e nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro, conjugados com o n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 53/89/M, de 28 de Agosto, para exercer, em comissão de serviço, pelo período de dois anos e com efeitos a partir de 22 de Junho de 1991, funções de chefe do Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude.

(Dispensado de visto, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro).

Por despacho n.º 5-I/SAAEJ/91, de 18 de Junho:

Licenciado Ho Veng On, intérprete-tradutor de 3.ª classe do quadro da Direcção dos Serviços de Assuntos Chineses — nomeado, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 88/91/M, de 20 de Maio, e nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro, para exercer, em comissão de serviço, pelo período de dois anos e com efeitos a partir de 21 de Junho de 1991, funções de técnico agregado no Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude.

(Dispensado de visto, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro).

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude, em Macau, 1 de Julho de 1991. — O Secretário-Adjunto, *Jorge A. H. Rangel*.

#### GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA A SEGURANÇA

Despacho n.º 64/SAS/91

1. Considerando o disposto no artigo 4.º, n.º 1, da Portaria n.º 89/91/M, de 20 de Maio, subdelego no comandante do Centro

de Instrução Conjunto (CIC), major de artilharia, Manuel João Ferreira de Sousa, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1. Assinar os diplomas de contagem e liquidação do tempo de serviço prestado no CIC;

1.2. Autorizar a apresentação de funcionários e agentes e seus familiares às Juntas Médicas que funcionam no âmbito da Direcção dos Serviços de Saúde e do Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

1.3. Autorizar a participação em congressos, seminários, colóquios, jornadas e outras actividades semelhantes, quando realizados no Território;

1.4. Determinar deslocações a Hong Kong, de que resulte direito à percepção de ajudas de custo por um dia, nos termos legais;

1.5. Dar a autorização de crédito a que se refere o artigo 76.º do Regulamento Postal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40 592, de 5 de Maio de 1956, ficando a liquidação da despesa respectiva sujeita a prévio ordenamento;

1.6. Autorizar a restituição de documentos que não sejam pertinentes à garantia de compromissos ou execução de contratos com o Território;

1.7. Autorizar a realização de obras urgentes e aquisição de bens inscritos no capítulo da tabela de despesa do orçamento geral do Território, relativo às Forças de Segurança de Macau, até ao montante de 50 000 patacas, sendo o valor indicado reduzido a metade quando seja dispensada a realização de concurso e/ou celebração de contrato escrito, bem como a aquisição de serviços inserida no mesmo capítulo, até ao montante de 15 000 patacas;

1.8. Autorizar ainda, para além das despesas referidas no número anterior, as despesas decorrentes de encargos mensais certos, necessários ao funcionamento do CIC, como sejam as de aluguer de bens móveis, pagamento de electricidade e água, serviços de limpeza, ou outras da mesma natureza;

1.9. Outorgar, em nome do Território, em todos os instrumentos públicos, relativos a contratos que devam ser lavrados no CIC e que sejam precedidos de concurso superiormente autorizado;

1.10. Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados, com exclusão dos excepcionados por lei;

1.11. Autorizar despesas de representação até ao montante de 2 500 patacas.

2. A presente subdelegação de competências é feita sem prejuízo dos poderes de avocação e superintendência.

3. Dos actos praticados no uso das subdelegações aqui conferidas cabe recurso hierárquico necessário.

4. São ratificados todos os actos praticados pelo comandante do CIC, entre 20 de Maio de 1991 e a data de entrada em vigor do presente despacho.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Segurança, em Macau, aos 21 de Junho de 1991. — O Secretário-Adjunto, *Henrique Manuel Lajes Ribeiro*.